

EXTRA

OUTUBRO

N.º 39-A

PT **BOLETIM NACIONAL**
ÓRGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

NOSSA PRÁTICA É QUE GANHA O VOTO

A campanha eleitoral é um momento especial para o PT. Nela testamos o prestígio da legenda junto ao povo, o acerto de nossa atuação no dia-a-dia e ampliamos as condições para crescermos organizados, através da participação dos trabalhadores no processo político. A campanha serve para eleger prefeitos e vereadores e, também, para possibilitar que o Partido seja comparado com outros partidos.

A campanha eleitoral é o resultado de prévia preparação e atuação coletivas. As instâncias permanentes (diretórios, núcleos, Comissão Executiva) não se dissolvem, porque os problemas do país não acabam com a eleição. Dependendo do resultado, até se agravam. No período eleitoral, entretanto, são criadas instâncias de natureza marcadamente eleitoral. São os Comitês Unificados e os Grupos de Apoio. Mas o que é transitório não pode se sobrepor ao que é permanente. A eleição passa, o Partido fica, mais forte e combativo. O que se colhe a 15 de novembro tem de ser o resultado do que se plantou ao longo desses anos de luta e trabalho. É preciso muito cuidado, atenção, seriedade e sensibilidade para perceber o que está em jogo nesta eleição, e como o nosso PT deve jogar o jogo.

Sabendo da desmoralização da política como atividade que serve à causa pública, cabe ao PT refrescar a memória do povo e mostrar a sua coerência e forma de funcionamento. É nossa história que nos diferencia do lugar-comum desta eleição, onde a desagregação do quadro partidário, o personalismo, a demagogia estão aí mais uma vez para iludir o eleitor. Em 1986, o situacionismo era a marca dos partidos tradicionais; agora, em 1988, o oposicionismo é a sua moda. Cabe aos petistas convencerem o povo a dar o troco do cruzado. O centro do ataque é a política da direita, que a cada elei-

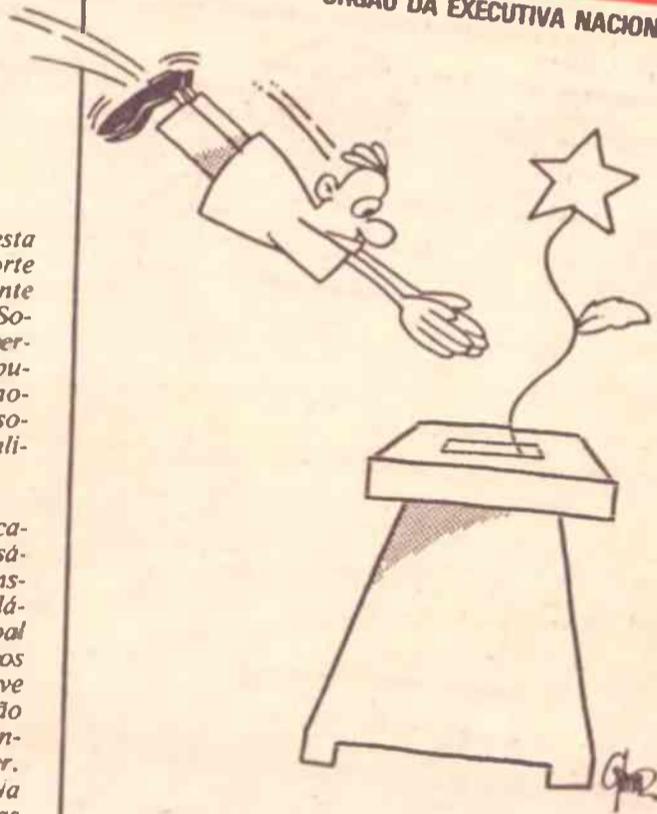
ção parece mudar de cara. Nesta campanha municipal está o suporte da campanha Lula para presidente da República, no ano que vem. Somos a alternativa à transição conservadora, ao ressurgimento do populismo e à institucionalização do modelo político tradicional, que somente tolera a política quando realizada do centro para a direita.

Mas, mais do que alardear o caráter de esquerda do PT, é necessário demonstrar o significado transformador desta qualidade partidária. E é nossa prática nossa principal bandeira. Sejamos objetivos, claros e sem ambiguidades. Ninguém vive só de não querer, do negativo. São nossos objetivos socialistas que contêm o positivo da nossa razão de ser. O PT não tem o que temer. Na Constituinte, nas prefeituras, nas Assembléias, nas Câmaras, a marca do partido é a defesa do interesse dos trabalhadores. Quem não aceita este compromisso não consegue mudar o Partido... é obrigado a sair dele.

Ao trabalho e confiança! Ser prefeito ou vereador do PT é ser o eficaz organizador do exercício do poder popular e democrático. É, a partir de nossas cidades, estar construindo forma alternativa ao poder das elites.

Este número extra do Boletim Nacional é destinado aos nossos milhares de candidatos a vereador, prefeito e vice em todo o Brasil. Esta edição pretende ser a bússola para estes últimos dias de campanha. Carregue-a no bolso, na bolsa e encare a campanha de frente, mostrando sem receio e sem rodeio por que o PT veio para ficar, e não suporta a demagogia, a falta de propostas, a corrida eleitoral daqueles que pensam que ser vereador é arrumar emprego.

Boa sorte para todos nós.



Sarney o presidente do (mau) acaso
Págs. 2 e 3

Constituinte: por que o PT disse não
Págs. 4 e 5

Vila Velha e Icapuí: o PT no governo
Pág. 7

Um roteiro para a vitória
Última página

A "Nova República" bateu recordes de inflação, crescimento da dívida externa, número de ministérios e ministros demitidos

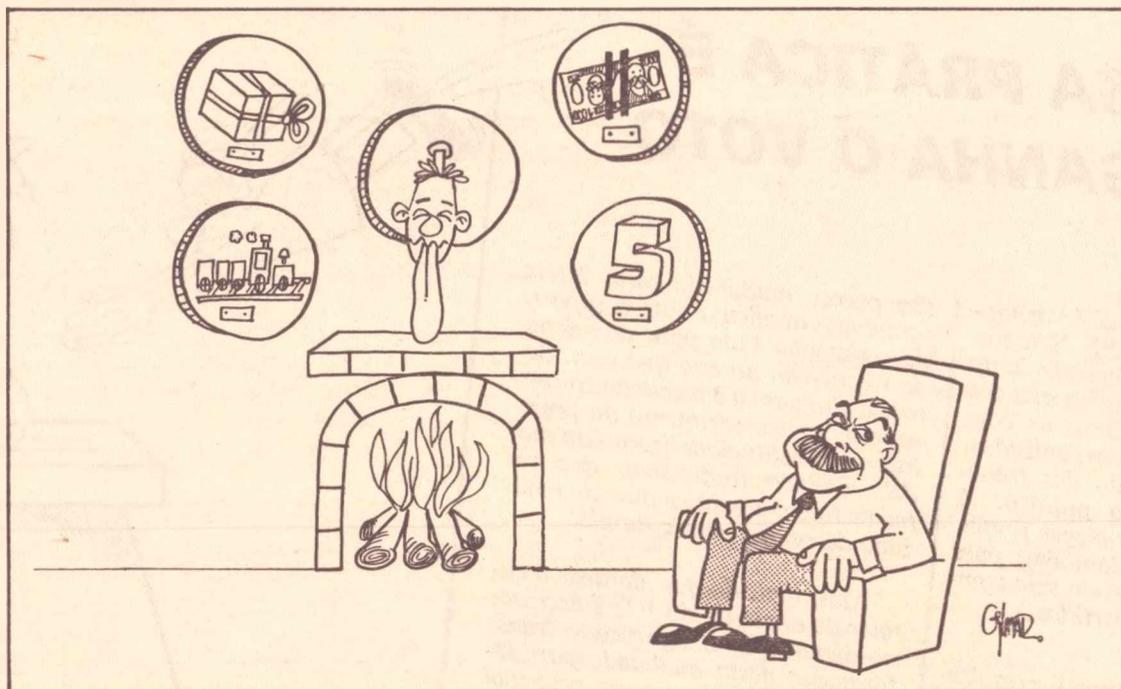
GOVERNO SARNEY: PARA OS AMIGOS, TUDO; PARA O POVO, REPRESSÃO

Quarenta e dois meses de "Nova República" (completados em setembro passado) foram mais do que suficientes para mostrar que o PT tinha razão, quando se recusou a participar do pacto elitista que, através do Colégio Eleitoral, colocou no poder o PMDB e grupos descontentes da ditadura militar. Esse pacto deu ao país um presidente incompetente, envolvido com a corrupção, servil aos militares e aos grandes capitalistas do país.

Sinteticamente, vamos lembrar aqui os principais acontecimentos que têm marcado esse governo.

15.03.85: Toma posse, na condição de presidente da República, o senhor José Sarney, fruto de uma bem calculada aliança (chamada "democrática") de setores descontentes da ditadura militar - que criaram o PFL - com o PMDB no Colégio Eleitoral, e da inesperada morte de Tancredo Neves, assinalando assim o início da "Nova República". Meses antes, Sarney exercia a função de presidente do PDS, o partido da ditadura, e votava contra as eleições diretas.

Nesse mesmo ano começam os estudos para a construção da Ferrovia Norte-Sul. O jornal *Folha de S. Paulo* publicará, dois anos depois, provas de que a concorrência pública para as obras da ferrovia fora "fajutada" pelo ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, amigo pessoal do presidente, para beneficiar um seletivo grupo de empreiteiros. Apesar das denúncias e dos argumentos contrários à construção da obra, ela está em andamento.



Sarney tentou, com o *Plano Cruzado*, vender uma imagem popular de seu governo, embora estivesse na linha de frente da repressão ao movimento dos trabalhadores.

26.02.86: Sarney e o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, baixam decreto instituindo o *Plano Cruzado*. Apesar do congelamento dos preços - que teve fôlego curto, suficiente apenas para servir de propaganda do governo nas eleições daquele ano -, o *Cruzado* foi um verdadeiro Ben Johnson da economia nacional: "dopou" a capacidade produtiva do país para causar uma falsa imagem de prosperidade. O resultado, porém, foi mais arrocho nos salários e um novo surto inflacionário.

11.07.86: Uma manifestação de trabalhadores rurais na cidade paulista de Leme é

reprimida com tiros de revólver da PM. Dois trabalhadores são mortos. O ministro da Justiça do governo Sarney, Paulo Brossard, vai à televisão acusar o PT pelos disparos. (Meses depois, o resultado do inquérito policial provará que, de fato, os tiros partiram da PM. O ministro nada mais declarou).

16.11.86: A polícia de Sarney reprime uma manifestação de milhares de trabalhadores em Brasília, provocando uma onda de tumultos na cidade. Brossard tenta outra vez culpar o PT pelos incidentes.

Passado o período eleitoral, o *Plano Cruzado* é revogado. Sarney inicia uma ação de "fritura" sistemática de seus ministros econômicos, até levá-los à demissão.

24.04.87: O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, é demitido. O novo ministro, Luis Carlos Bresser Pereira, anuncia um plano econômico que acaba com o gatilho salarial - instituído durante a gestão de Dilson Funaro - e cria a correção pela Unidade de Referência de Preços (URP). A nova política vai estabelecer, de imediato, uma perda de 21% nos salários e um intenso arrocho nos meses seguintes, em função da defasagem entre a URP e a inflação.

Aos poucos, vai crescendo dentro do governo a influência do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, esvaziando a autoridade do novo ministro da Fazenda.

18.12.87: O ministro Bresser Pereira é demitido. Assume o cargo Mailson da Nóbrega, que vai dar um contorno definitivamente conservador à política econômica da "Nova República". Semanas depois, o novo ministro anuncia o fim da moratória da dívida externa (tecnicamente decretada na gestão de Funaro, quando as reservas de divisas ficaram esgotadas). O país retorna ao FMI, em condições bem piores do que no período anterior à moratória.

26.01.88: Após várias denúncias de utilização do dinheiro público para aumentar sua fortuna pessoal, torna-se insustentável a permanência do ministro do Planejamento, Anibal Teixeira, que é demitido.

07.04.88: Sarney e o ministro Mailson da Nóbrega assinam decreto estabelecendo, por um período de dois meses, o congelamento da URP dos

funcionários da administração federal e das empresas estatais. A medida vai representar uma perda de até 35% do poder aquisitivo e mais arrocho para os trabalhadores.

02.06.88: Pressões dos militares, concessão de canais de rádio e TV e liberação de verbas para currais eleitorais de parlamentares convenceram a maioria do Congresso Constituinte a aprovar o mandato de cinco anos para Sarney. Para a vitória do grupo palaciano contribuíram decisivamente os votos da bancada do PMDB. No final da votação, viu-se que tinha razão o deputado peemedebista Roberto Cardoso Alves: "É dando que se recebe".

O governo inicia um processo de confrontação com o Poder Legislativo, graças às manobras de afastamento do PMDB, que por motivos eleitorais tenta reconstruir sua imagem oposicionista e popular.

26.07.88: Sarney vai à televisão para atacar as conquistas sociais obtidas no primeiro turno de votação da Constituinte, juntando-se ao coro dos grandes empresários para pressionar os parlamentares a votarem um texto mais conservador no segundo turno.

26.08.88: A Bancada do PT na Câmara dos Deputados apresenta um dossiê mostrando que o ex-ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária (e atual ministro da Previdência Social), Jáder Barbalho, autorizou a desapropriação de terras pagando preços mais altos que os do mercado.

26.09.88: O jornal *Folha de S. Paulo* publica ampla documentação de acordos secretos - firmados em novembro do ano anterior - entre o Exército Brasileiro e 14 exércitos americanos que prevêem a intervenção militar conjunta sobre os poderes constituídos em seus países.

PT BOLETIM NACIONAL

Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP - fone 575-2299.

Coordenador de Imprensa: Rui Falcão
Editor: Cícero Araújo

Repórter: Marisa Lourenço
Colaboradores: Cezar Alvarez, Graça Pinto Coelho, Lia Ribeiro Dias, Marcia Milanesio, Paulo Delgado, Paulo Sandroni, Rosa Sposito
Ilustrações: Gilmar
Diagramação: Maria Cristina V. Azevedo
Tiragem: 50 mil exemplares
Comp., Mont., Fotol. e Impr.: DCI - Indústria Gráfica & Editora S.A.
Circulação: Nadir Azibeiro
Impresso em 06/10/88

O 'ARROZ COM FEIJÃO' DE MAÍLSON NÃO ENCHE BARRIGA

A primeira questão que devemos lembrar é a seguinte: desde o início da década a política de "ajuste" (atualmente denominada arroz com feijão) aos desequilíbrios externos - dívida externa, elevação das taxas de juros e dos preços das importações - vem obrigando nossa economia a fazer enormes superávits comerciais. Estes superávits têm sido utilizados para o pagamento dos juros da dívida externa.

Mas a obtenção destes superávits (exportações bem maiores que as importações) constitui ao mesmo tempo um foco inflacionário e um obstáculo ao crescimento econômico.

Por que produz inflação? O superávit é uma determinada quantidade de dólares que devem ser convertidos em cruzados e entregues aos exportadores. Isto significa que a quantidade de dinheiro em circulação no mercado interno aumenta, enquanto a disponibilidade de bens e serviços diminui, já que uma parte crescente é exportada para garantir o superávit; o resultado é mais uma pressão inflacionária.

Por que estanca o crescimento econômico? O estímulo dado aos exportadores passa pelas desvalorizações cambiais, isto é, para cada dólar obtido no exterior, estes recebem maior quantidade de cruzados. Ora, o importador atua na contramão deste movimento: quanto mais cruzados ele tiver que entregar para cada dólar, e assim realizar suas importações, mais caro (em cruzados) será o produto importado. Muitos investimentos dependem de importações e, se estes forem muito caros, os investimentos não se realizarão. As importações diminuem, ou não aumentam na mesma proporção das exportações (e, portanto, o superávit comercial aumenta), mas em compensação

os investimentos estancam ou mesmo diminuem. Como sabemos, sem investimentos uma economia não pode crescer, e o resultado é a estagnação ou a recessão.

As três pragas

Além disso, para maior estímulo às exportações os empresários que se dedicam a elas recebem outros benefícios: por exemplo, isenções tributárias, subsídios creditícios - que aumentam o déficit público - e especialmente uma política salarial de arrocho.

Esta última mata três coelhos com uma cajadada só: a) salários baixos permitem aos exportadores melhores condições de concorrência no mercado externo; b) salários arrojados significam menor poder de compra e, portanto, menor pressão sobre as importações de con-

Para pagar a dívida externa, o governo adota uma política de estímulo à exportação, provocando retração do mercado interno, pressão inflacionária, arrocho nos salários e fome



sumo massivo e, consequentemente, maior superávit comercial; e c) salários reduzidos significam menor capacidade de compra no mercado interno e, portanto, a possibilidade de excedentes exportáveis de maior volume, contribuindo para o aumento das exportações.

Assim, se a política de ajuste continuar sendo a mola mestra da política econômica brasileira, permanecerão as fortes pressões inflacionárias, as tendências recessivas na economia e o arrocho sobre os salários. Portanto, a conclusão, ou uma das conclusões sobre a crise que a economia brasileira atravessa é que enquanto prevalecer a política de ajuste seremos acompanhados pelas três pragas da economia: a inflação, a recessão e o arrocho salarial.

Para combater o desemprego, a miséria e a fome, preciso antes de mais nada rechaçar a política arroz com feijão do ministro Fazenda e substituí-la por uma em consonância com os interesses das massas trabalhadoras.

UM PLANO CONTRA A CRISE

Para colocar a economia nos eixos, é preciso vencer a inflação, recompor os salários e negar a dívida

O PT não se limita a atacar a política econômica antinacional e antipopular conduzida pelo governo Sarney, de comum acordo com o FMI e os banqueiros internacionais. Nossos candidatos fazem críticas, mas também apresentam propostas de solução, como as que estão contidas no Plano de Emergência do PT contra a crise que atormenta o país. Eis os seus pontos principais:

• Combate à inflação

Aplicação imediata de um amplo e rigoroso controle de preços dos grandes grupos econômicos e das tarifas públicas (água, luz,

transportes, telefone etc). Fim do CIP (Conselho Interministerial de Preços) e criação de um novo organismo de controle, do qual participem representantes de sindicatos e organizações populares. Além disso, nova legislação para punir rigorosamente os especuladores, inclusive com o confisco de suas mercadorias.

Uma política especial para os gêneros de primeira necessidade, cujos produtos deveriam receber do Estado apoio à produção e comercialização.

Não se acaba com a inflação sem atacar a especulação financeira. O PT defende a redução das taxas de juros, a suspensão da con-

versão da dívida externa e a intervenção no mercado paralelo do dólar.

• Defesa da economia nacional

O PT reafirma sua proposta de suspensão imediata do pagamento da dívida externa e abertura de um processo de auditoria pública da dívida, com a convocação dos credores para uma nova rodada de negociações. O governo não deve aceitar qualquer condição que imponha o controle da economia nacional pelos credores. Ao contrário, é necessário criar condições favoráveis para a retomada do crescimento econômico,

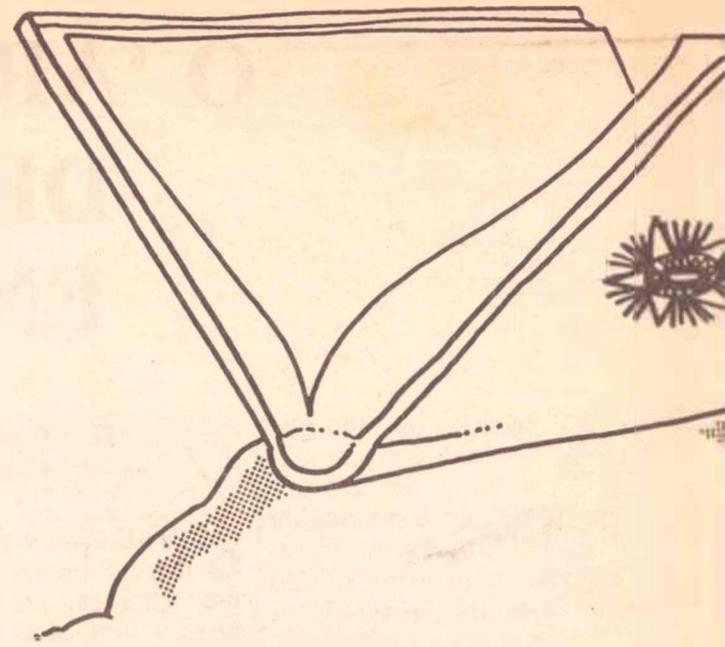
em benefício da maioria da população.

• Recomposição dos salários

Conter a inflação (que já alcança 400% este ano) é condição para impedir a corrosão acelerada dos salários e a queda do nível de vida da população. Ao mesmo tempo, é preciso apresentar um plano de recomposição do salário-mínimo e de recuperação das perdas salariais acumuladas. Junto a isso, sugerimos que se caminhe, nas relações de trabalho, para o estabelecimento de um contrato coletivo nacional, nos moldes do que vem sendo proposto pela CUT.

Os deputados do PT votaram não ao texto final da nova Constituição, em defesa dos direitos dos trabalhadores e das conquistas sociais que lutaremos para ampliar. Com o nosso voto, negamos o governo Sarney, a tutela militar e a ordem conservadora que a nova Carta consagra.

Por que só o PT disse não à Constituição



O PT foi o único partido a votar não ao texto final da nova Constituição, ressaltando os direitos sociais que nossa Bancada ajudou a colocar na lei e que agora vamos lutar pra fazer valer imediatamente.

Muita gente que votou a favor, antes dizia que o país seria ingovernável se a nova Constituição entrasse em vigor. Talvez por isso mesmo, conforme já denunciou a OAB, estão tentando tornar a Constituição inoperante e ineficaz. Sob a influência do presidente da República, dos partidos que lhe dão sustentação e de setores do empresariado, crescem as manobras para tornar sem efeito ou para adiar a entrada em vigor dos dispositivos que beneficiam os trabalhadores.

Diferentemente destes setores, que dizem apoiar a Constituição, mas por baixo do pano investem contra aspectos dela (em geral aqueles que favorecem a população), o PT não vende ilusões para o povo e sempre teve um comportamento muito claro, do início ao fim da Constituinte.



Por exemplo, o PT, que não elegeu Sarney, que não fez demagogia com o Plano Cruzado, também foi o único partido a apresentar um projeto completo de Constituição. Lutou também por um regimento democrático na Constituinte e protestou

contra as pressões militares e contra a influência do poder econômico, cujos interesses acabaram prevalecendo.

O Congresso Constituinte é integrado, em sua imensa maioria, por representantes dos latifundiários, banqueiros, grupos multinacionais, grandes industriais nacionais, oportunistas, fisiológicos e corruptos. Assim, sua característica fundamental é ser conservador. Os 16 deputados do PT combateram os conservadores, mesmo quando eles se organizaram no "Centrão" e fizeram de boneco inclusive o presidente do Congresso, Ulysses Guimarães, que agora se faz passar por herói e pai da nova Constituição.

A reforma agrária ficou de fora

O PT votou 4 anos para Sarney, votou a favor da reforma agrária e da estabilidade no emprego. Votou também por eleições diretas para presidente em 1988, pela jornada de 40 horas e por férias em dobro para todos os trabalhadores. Deputados de outros partidos apoiaram alguns destes pontos. Mas poucos votaram com a coerência da Bancada do PT. Por exemplo, o senador Mário Covas, que apoiou os 4 anos, votou contra a estabilidade no emprego. E Ulysses Guimarães se absteve o tempo todo, para

fazer média e esconder sua simpatia pelo empresariado.

A nova Constituição, quando avaliada artigo por artigo, mostra alguns avanços, no campo das liberdades democráticas e dos direitos dos

trabalhadores (veja o quadro nesta página).



O PT é um dos principais responsáveis por esses avanços, ao lado de alguns parlamentares

progressistas, pois procurou ser porta-voz das reivindicações, manifestações e mobilizações sindicais e populares. Mas os avanços, em sua maior parte, representam uma parte modesta das necessidades e

Direitos para fazer valer

É a luta que faz a lei, dizia o PT ao entrar na Constituinte, para defender até o fim os direitos dos trabalhadores e da maioria da população. Com muita disposição e muita coragem, os nossos 16 deputados ajudaram a escrever na Constituição garantias e conquistas que agora precisam ser defendidas para valer de verdade. Resumidamente, são estes os principais direitos sociais inscritos na nova Carta:

Direito de greve - Cabe agora aos trabalhadores decidir quando e que interesses devem defender com a greve. Falta uma lei ordinária para regulamentar a greve nos "setores essenciais".

Jornada de 44 horas - O PT lutou pelas 40 horas, mas acabou só conseguindo reduzir a carga de 48 para 44 horas.

Férias com um terço a mais do salário - O PT defendeu férias em dobro, conseguiu o acréscimo de pelo menos um terço, mas vamos continuar reivindicando salário dobrado nas férias.

Licença maternidade de 120 dias - Além do aumento de 84 para 120 dias, conseguimos licença também para o pai. Enquanto não se

regulamentar o período, será de 5 dias.

Igualdade de direitos - Conseguimos estender aos trabalhadores rurais os direitos dos trabalhadores urbanos: FGTS, salário-família, aposentadoria por tempo de serviço, hora extra etc.

Sindicalização do funcionário - Os servidores públicos ganharam o direito de se sindicalizar, como qualquer outro trabalhador. 50% a mais na hora extra - O empresariado queria manter a hora extra como é hoje, na base de 25%; o PT queria acabar com o horário extraordinário, para criar mais empregos e reduzir os acidentes de trabalho. No fim, o pagamento da hora extra subiu para um mínimo de 50% sobre a hora normal.

Prazo maior para reclamações - Agora, os trabalhadores poderão reclamar na Justiça direitos trabalhistas referentes aos cinco últimos anos de serviço - e não mais só aos dois últimos, como era antes.

Proteção contra dispensa imotivada - O PT queria proibir a demissão sem justa causa. Como nossa proposta perdeu, conseguimos aumentar de 10% para 40% a multa do FGTS para os trabalhadores demitidos.

Garantia de aplicação das leis - A nova Constituição prevê o mandato de injunção, que possibilita a qualquer entidade ou cidadão cobrar na justiça o cumprimento de liberdades e direitos previstos na Constituição. Provavelmente, vamos ter que usar bastante este instrumento, do mesmo modo que os recursos à pressão popular e à mobilização, para fazer valer nossos direitos.

Aposentadoria com correção - Até hoje, o cálculo da aposentadoria é feito com base no salário dos últimos 36 meses, sendo que os últimos 12 meses não sofrem qualquer tipo de correção. Para preservar seus valores reais, a nova Constituição estabelece que todas as 36 contribuições devem ser corrigidas mês a mês para fins de aposentadoria.

Recuperação do valor dos benefícios - A partir do 7.º mês após a Constituição entrar em vigor, os valores dos atuais benefícios das aposentadorias serão atualizados de modo a recuperar seu poder aquisitivo. Assim, se você recebia, no início da aposentadoria, o equivalente a 5 salários-mínimos, voltará a receber agora quantia equivalente. Mas os atrasados não serão pagos.



das reivindicações populares. Além disso, boa parte do que foi aprovado ainda depende de leis posteriores e vários itens não passam de declarações de intenções.



Quando avaliada globalmente — e isto orientou o nosso voto “não” —, a nova Constituição revela seu caráter conservador, elitista, mesmo para um regime capitalista como o brasileiro. Mais do que por aquilo que diz, é pelo que não diz que a nova Constituição mostra sua verdadeira face. A nova Constituição negou a reforma agrária, negou a estabilidade no emprego e negou a liberdade sindical. Não redistribuiu a riqueza produzida nacionalmente, eleva a propriedade privada à condição de direito fundamental da pessoa humana e mantém intacta a tutela militar no país.

Uma lei atrasada até no capitalismo

O PT não poderia aprovar uma Constituição que reconhece às Forças Armadas o direito e o poder de intervirem na vida política para “garantir a lei e a ordem”. Desse modo, qualquer greve, qualquer mobilização dos trabalhadores, qualquer gesto de oposição política ao governo ou ao regime pode ser reprimido pelos militares, sob a proteção

da Constituição, em defesa da lei e da ordem dominante.

O PT votou contra uma Constituição que não ataca os problemas fundamentais da estrutura da terra. A maioria conservadora não só conserva os privilégios do latifúndio, como impediu que milhões de trabalhadores pudessem ter acesso a um pedaço de terra. Assim, a nova Constituição tenta converter os trabalhadores rurais em cidadãos de segunda classe.



O PT também votou contra o esquema de representação reconhecido pela nova Constituição, que consagra um sistema eleitoral distorcido e injusto (o voto dos territórios e dos Estados com menos eleitores vale mais, relativamente, que o voto dos Estados mais populosos, com maior densidade eleitoral e nos quais os trabalhadores estão mais organizados). Além disso, o Senado foi mantido, com poderes de revisão das votações da Câmara dos Deputados.

Em resumo, o PT votou contra a Constituição aprovada porque, mesmo nos marcos de uma sociedade capitalista — que o PT rejeita e combate —, ela é atrasada, devido à ação e influência do governo Sarney, à nefasta tutela dos militares, ao poder dos banqueiros, dos latifundiários, das multinacionais, do “Centrão”, da UDR, dos

conservadores em geral.

O PT votou não porque, com esse não, demonstra à classe trabalhadora que é necessário e possível não conformar-se, não desanimar, não perder as esperanças, e continuar lutando por um mundo melhor.

Vamos apressar as leis complementares

Mas por que votar não e assinar a Constituição? É que, apesar de assinar a Constituição, uma vez que participou do processo de sua elaboração (votando sim ou não em cada artigo, quase sempre com ressalvas), o não era o limite máximo de nossas possibilidades institucionais, no quadro da atual correlação de forças. Fosse outra a força



É preciso desmascará-los e fazer mais: para que os direitos arrancados possam ter validade imediata, temos

Um novo município

Com a nova Constituição, o Município ganha um pouco de autonomia política e conquista alguma autonomia financeira. Crescem suas atribuições, amplia-se sua competência para arrecadar e dispor de recursos, aumentam as possibilidades da população local influir sobre seu destino. Tudo isso valoriza o papel do prefeito e, sobretudo, o do vereador.

Para um prefeito do PT, fica agora mais fácil tornar realidade nossas propostas de administrar a cidade, cuidar dos interesses da população, ao invés de governar para o capital ou ficar de pires na mão mendigando verbas do governo do Estado. Nesse novo município, cujos limites começam a se desenhar já em 1989, é fundamental abrir caminhos para a participação popular e para a construção de um poder local.

Diante da nova realidade que se cria, o papel do vereador será o de um verdadeiro constituinte municipal, pois a Constituição recém-promulgada transfere às Câmaras a prerrogativa de escrever a nova Lei Orgânica do Município.

Como constituinte, a lei votada pelos vereadores não poderá mais ser vetada pelo prefeito. Isso é importante porque, embora a União e o Estado regulem a maior parte dos assuntos, ainda sobra muita coisa para a “constituição” do Município. Um exemplo é a organização e a prestação, diretamente ou por concessão, dos serviços públicos de caráter local, aí incluído o transporte coletivo.

Outro aspecto decisivo, sobre o qual os vereadores poderão influir, é o da elaboração do orçamento municipal. Sem falar na questão urbana, tratada no texto da nova Constituição e que passa a impor, a cada município, a necessidade de um plano diretor, que oriente a política de desenvolvimento e expansão urbana.

A elaboração da Lei Orgânica do Município não será uma mera questão de técnica legislativa, mas de intensa luta política. É papel do vereador do PT capacitar-se para esta luta, em todas as frentes, e empenhar-se para que a nova lei corresponda aos interesses da maioria da população.

de lutar por eles com muita garra e disposição

O PT assumiu o compromisso de lutar, dentro e fora do Congresso, para apressar a votação da legislação ordinária e complementar necessária à entrada em vigor dos direitos sociais e trabalhistas. Vai, também, em conjunto com o movimento sindical e popular, apresentar emendas constitucionais para tentar incluir pontos que não foram obtidos na nova Constituição, principalmente a reforma agrária, a liberdade sindical, a estabilidade no emprego e o fim da tutela militar.

Nos próximos meses, haverá uma intensa luta política para a elaboração das Constituintes estaduais e das Leis Orgânicas dos Municípios. Com sua coerência e combatividade, o PT estará dando tudo para conseguir colocar nestas leis novos direitos dos trabalhadores.



Dá a importância de elegermos o maior número possível de vereadores, cujo papel ganha importância na conjuntura (veja o quadro nesta página). Tanto quanto no Congresso Constituinte, nossos parlamentares devem tomar a frente do processo e, com orientação política e técnica do partido, fazer valer na lei o que o povo tem conquistado na luta.



Outro aspecto fundamental, para o PT, é lutarmos para que uma grande parcela da sociedade brasileira, hoje desempregada, marginalizada e desorganizada, possa não só elevar seu padrão de vida, mas possa ganhar condições de tornar-se titular de direitos, libertando-se da condenação de ficar à margem dos direitos sociais inscritos na nova Constituição.

O prefeito saiu, mas a marca é do PT

Em Diadema, as favelas foram urbanizadas, o transporte melhorou, o povo discute o orçamento, influi na realização das obras. É uma experiência de administração popular que tem dado certo.

Chegar ao final de um mandato de seis anos à frente de uma prefeitura com um índice de aprovação popular de 65% é um fato raro no Brasil. E fato mais raro ainda quando se trata de um município como Diadema, uma cidade-dormitório do ABC paulista, com graves problemas sociais e urbanos a serem resolvidos.

Gilson Menezes, eleito prefeito de Diadema pelo Partido dos Trabalhadores, não alcançou este índice de apoio por acaso. É resultado de um programa de administração popular, apoiado na plataforma do PT, que não só melhorou objetivamente a qualidade de vida dos moradores de Diadema como abriu caminho para que cada cidadão pudesse opinar sobre as prioridades da Prefeitura. A criação do Conselho Popular, que define as obras a serem realizadas e discute o or-

çamento, representa um passo concreto na construção do poder local, com a participação democrática da comunidade.

Conselho popular

A população de Diadema apoiou a administração do PT porque ela deu resposta a seus problemas concretos. Isso não quer dizer que todos os problemas estão resolvidos - até porque são problemas estruturais decorrentes, em última instância, da concentração da renda e do empobrecimento do trabalhador. Mas, hoje, o morador de Diadema conta, sem dúvida, com um melhor sistema de transporte: a Prefeitura municipalizou o transporte coletivo, ampliou a frota com 30 novos ônibus e estabeleceu uma política de tarifas mais

justa para o trabalhador. O sistema de assistência médica também foi ampliado e a cidade ganhou um pronto-socorro municipal. Na área da educação, as matrículas nas escolas municipais passaram de 2 mil, em 1983, para 10 mil, este ano. A urbanização foi levada às favelas e os moradores ganharam, através de lei, o direito real de uso do solo.

Se os resultados são esses, por que Gilson Menezes abandonou o PT? Essa é a pergunta que muitos militantes do partido - e mesmo quem não é do partido - fazem com insistência. Antes de chegar aos fatos recentes que levaram Gilson a deixar o partido, é preciso lembrar que a convivência entre a equipe da administração, os vereadores e o Diretorio Municipal sempre foi tumultuada. Isso porque muitos militantes, embora afirmem apoiar o programa do partido,

que prevê a participação nas instituições com o objetivo de transformá-las, na prática trabalham contra essa participação.

Individualismo

Por várias vezes a crise foi contornada. Mas agora, em função de interesses pessoais e eleitorais em jogo, ela explodiu. Vamos aos fatos. No começo de fevereiro, as várias correntes políticas que compõem o PT de Diadema fizeram um acordo tendo em vista as eleições municipais: o prefeito seria indicado pela Articulação e o vice pelas tendências. Como havia dois candidatos pela Articulação (José Augusto Ramos e Claudio Rosa), foi marcada uma prévia.

José Augusto, então diretor do Departamento de Saúde da Prefeitura de Diadema, venceu a disputa. Cláudio Rosa, apoiado por Gilson, não aceitou o resultado. E, assim, rompeu o acordo que previa que o vitorioso na prévia seria o candidato. No dia 25 de maio passado, Gilson anunciou seu desligamento do partido e demitiu José Augusto Ramos do cargo. Logo depois, Cláudio Rosa sairia candidato pelo PSB, com apoio de Gilson.

Definidas as candidaturas e iniciada a campanha, há uma rejeição muito forte à atitude de Gilson Menezes, Claudio Rosa e seus apoiadores. Gilson assumiu uma posição individualista e se recusou a acatar a vontade da maioria - base da democracia partidária. E esse princípio, diz Lula em sua carta aos petistas de Diadema, é a força do PT.

A vitória do PT nas eleições de 1985 para a Prefeitura de Fortaleza (CE) representou um rompimento com o obscurantismo conservador que há mais de duas décadas rondava as capitais nordestinas. Na ocasião, o PT demonstrou ter garra para enfrentar as forças oligárquicas locais e a todos parecia que a história de Fortaleza saía da contramão conservadora e pegava uma reta democrática.

O desafio era grande. Engajados na luta, um significativo número de militantes petistas assumiu cargos na administração popular. Fortaleza é uma cidade que dispõe de um débil parque industrial, incapaz de absorver um contingente maior de trabalhadores. Em 1986, segundo dados do Sine-CE, havia na cidade 55 mil trabalhadores desempregados. Da população empregada, 56,67% recebem até um salário-mínimo, e mais de 76% até dois S.M.

O PT buscava, então, formas de ação político-

administrativas que atacassem os graves problemas da cidade: questões de infra-estrutura urbana, deficiências do sistema de educação, saúde, transporte coletivo e urbanização das favelas.

Somando-se às dificuldades, o PT ainda teve de enfrentar, logo de início, o boicote sistemático de verbas por parte dos governos federal e estadual. O PT não tinha representantes na Câmara Municipal. Para ilustrar, no início de 1987, todos os representantes da mesa diretora da Câmara pediram a intervenção do governo estadual na Prefeitura de Fortaleza.

Não a do PT, que continua em alta. Mas a da prefeita, que saiu do partido, perdeu prestígio e não vai fazer o sucessor.

Mas durou pouco a euforia que tomou conta das forças progressistas engajadas no bloco do PT. Progressivamente, a administração popular atrelava-se - sobretudo as instâncias decisórias - ao grupo político ao qual pertence a prefeita Maria Luiza Fontenelle.

No entender do PT, são quatro os bons motivos que afastaram o Partido da administração: falta de transparência, tanto a nível interno como externo; não definição de uma política de participação popular; a falta de um trabalho político e de organização do funcionalismo; e ausência de uma ação política e administrativa devidamente planejada.

Apesar de tudo que aconteceu, o PT contabiliza avanços nessa administração. Entre outros, destacam-se o processo de reestruturação dos centros de saúde, com ênfase para o atendimento ambulatorial; a limpeza do clientelismo insta-

lado no Frigorífico de Fortaleza (Frifort), antes cabide de empregos do coronelismo e hoje atendendo ao funcionalismo público e bairros periféricos com a Cesta Popular; e a participação da Secretaria de Serviços Urbanos na intervenção de graves questões urbanas como a dos vendedores ambulantes da Beira-Mar e da praça José de Alencar, no centro.

Segundo ainda os militantes cearenses, a figura populista da prefeita Maria Luiza absorvia todos os acertos da administração o que, invariavelmente, fortalecia seu grupo. Para o PT, naquele momento, sobrava apenas o ônus dos descastos frente à opinião pública.

Passados cinco meses do afastamento de Maria Luiza, a avaliação dos militantes locais continua correta, e com a agravante de que a gestão municipal está cada dia mais isolada, distante das forças políticas populares que atuam em Fortaleza.

FORTALEZA, A ESTRELA DESCE

UM PREFEITO RESPEITADO ATÉ PELOS ADVERSÁRIOS

Em menos de um ano, a administração Magno Pires mudou para melhor a vida do povo de Vila Velha

Apesar de ainda não ter completado um ano, a administração do PT em Vila Velha (ES), que tomou posse em janeiro com a missão de cumprir um mandato-tampão até dezembro, já introduziu importantes mudanças no município - mais significativas e inovadoras do que as realizadas por administrações anteriores. O prefeito Magno Pires da Silva, ex-secretário geral do PT no Estado, eleito com 25% dos votos válidos, conseguiu imprimir um caráter de seriedade e honestidade à máquina administrativa municipal. Hoje, há um consenso entre os 280 mil habitantes da cidade - inclusive os que criticam o PT - de que Vila Velha nunca teve uma administração que tratasse o patrimônio público com tanta austeridade e honestidade.

A princípio, a disposição de acabar com a corrupção e moralizar a máquina administrativa levou Magno Pires a um confronto com o funcionalismo público municipal. A demissão de 468

Os funcionários ganham escala móvel

dos mais de 4.500 funcionários públicos de Vila Velha, a implantação do relógio de ponto, a advertência administrativa aos funcionários faltosos e que não vinham cumprindo seu horário normal de trabalho, bem como a fiscalização do uso dos

equipamentos da Prefeitura, chegaram a ser qualificadas como medidas autoritárias da nova administração.

Contudo, aos poucos, o funcionalismo começou a compreender que o objetivo era combater a preguiça, o desleixo e a irresponsabilidade. Afinal, o quadro era crítico. Um motorista ficava até um mês com um caminhão da Prefeitura, sem comparecer à garagem; outros utilizavam máquinas e caminhões para fins particulares, em troca de dinheiro; as bombas de combustível e almoxarifados não eram fiscalizados - o consumo de gasolina e óleo diesel

caiu, depois que a administração do PT passou a controlar rigorosamente as bombas de combustível.

Em troca, a nova administração concedeu uma série de vantagens aos funcio-

Déficit zerado e mais postos médicos

nários públicos, entre os quais um reajuste salarial de 144% em maio e a criação da escala móvel mensal de salários, uma reivindicação antiga negada por prefeitos anteriores. Além disso, foi autorizada a elaboração de um plano de cargos e salários para os servidores municipais e o acompanhamento, por dois representantes da categoria, do movimento financeiro diário da Secretaria de Finanças.

A população de Vila Velha também foi beneficiada pela administração petista. Apesar da curta duração do seu mandato e das dificuldades financeiras enfrentadas desde que assumiu o cargo, o prefeito Magno Pires viabilizou a construção de 265 casas populares, cinco creches, dois galpões comunitários e 30 novos abrigos de ônibus; a pavimentação de 6,5 mil metros quadrados de ruas (até o mês de julho), além de ter melhorado o recolhimento de lixo da cidade.

Ao mesmo tempo, restabeleceu a consulta à comunidade para a definição do orçamento municipal - uma conquista popular que havia sido tomada pelas administrações do PMDB. Receita e despesa para 1989 (o orçamento de 1988 já foi reavaliado de acordo com esse processo), prioridades de ação, obras e instalações estão sendo estabelecidos em

conjunto com a população de Vila Velha. A intenção é instituir a discussão popular do orçamento, através da aprovação de lei específica pela Câmara Municipal.

Na área de saúde, os resultados obtidos pela nova administração foram significativos. O número de consultas nos postos de saúde pulou de 1.600 em janeiro para 25 mil em agosto. Os atendentes de enfermagem receberam cursos de reciclagem profissional e os postos foram equipados e abastecidos de medicamentos básicos. Uma farmácia foi instalada com o objetivo de doar medicamentos à população carente. A vacinação chega a atingir 60% da população. Tudo isso graças à negociação da dívida com o Iapas e o restabelecimento das Ações Integradas de Saúde (AIS) do Ministério da Saúde.

Aliás, a renegociação da dívida com o Iapas é um dos pontos do plano de saneamento financeiro da administração do PT, que encontrou a Prefeitura de Vila Velha com um déficit de Cz\$ 42,6 milhões. A dívida junto aos fornecedores, em janeiro, ultrapassava Cz\$ 10 milhões e com o Iapas chegava a Cz\$ 533 milhões.

Os funcionários públicos estavam com dois salários atrasados (o de dezembro e o 13.º salário). Hoje, apesar de o orçamento para 1988 prever um déficit de mais de Cz\$ 964 milhões, o pagamento dos servidores está praticamente em dia e os fornecedores restabeleceram o crédito à Prefeitura. Além disso, a receita própria do município aumentou, com o fortalecimento da fiscalização em todos os setores.

A maior prova de que a administração petista vem tendo o reconhecimento popular é que o nosso candidato a prefeito, Claudio Veza, desponta em primeiro lugar em todas as pesquisas de opinião até agora realizadas.

O PROJETO INOVADOR DA PEQUENA ICAPUÍ (CE)

O prefeito Cirilo trocou o PMDB pelo PT para ser fiel a suas idéias e coerente com sua luta

Icapuí, município do litoral cearense, faz fronteira com o Rio Grande do Norte, vive da pesca da lagosta, tem pouco mais de 18 mil habitantes e um prefeito petista: José Airton Cirilo.

Eleito vereador por Acarati em 1982, Cirilo, 31 anos, ficou conhecido por sua liderança no movimento de emancipação de Icapuí (distrito de Acarati até 1984). Após a conquista da emancipação, ainda no PMDB, candidatou-se a prefeito e foi eleito.

Sua vinda para o PT, em janeiro deste ano, não se deu por acaso ou oportunismo: "Todo nosso trabalho à frente da Prefeitura nos aproximou do PT. A identidade com as propostas petistas vem do tempo de militância no movimento estudan-

til e se acentuou quando passamos a desenvolver nosso projeto político-ideológico", explica Cirilo.

Ao assumir a Prefeitura, em janeiro de 1986, Cirilo começou literalmente do zero, gastando todo o primeiro ano de gestão na organização institucional do município. Mas já em seguida foi possível organizar setores essenciais como educação e saúde.

Icapuí tinha 9 escolas primárias e 37 professores para atender a 800 alunos. Hoje, há 35 escolas, 200 professores e 3.500 alunos de 1.º e 2.º graus. A Prefeitura garante o transporte às crianças que vivem nas comunidades (vilarejos) mais distantes e àqueles que cursam faculdade em Mossoró, a 87 quilômetros de Icapuí. Também foram criados os círculos de cultura - são

8 núcleos de alfabetização de adultos através do método Paulo Freire - e uma biblioteca pública.

O prefeito petista está vencendo o desafio de estruturar o setor de saúde. O antigo distrito de Icapuí não tinha atendimento médico. Hoje, com o auxílio de um médico e uma sanitária, há pronto atendimento no posto de saúde que fica na sede do município e nos postos das comunidades de Mutamba, Barreiras e Belém.

O professor Francisco José Teixeira (Dedé Teixeira), ex-secretário de Comunicação, Turismo e Esportes, é o candidato petista à Prefeitura em 15 de novembro próximo, com o apoio de Cirilo, mas enfrentando uma acirrada disputa com o candidato do PMDB.

Uma campanha para estourar a boca da urna

Fale do que o PT fez, faz e fará: esta é a melhor forma de pedir (e ganhar) o voto do povo

★ Desiludido com a política, o povo tende a preferir votar em nomes, mais do que em partidos. O PT deve enfrentar esta discussão mostrando que, como no futebol, ninguém muda de time porque um jogador foi vendido. No PT, o candidato pertence ao Partido e está a serviço do programa partidário elaborado coletivamente. Nosso nome é PT.

★ Temos de saber vincular os problemas nacionais (inflação, alto custo de vida, desemprego) aos partidos políticos que mantêm o governo. Quem sustenta um governo de crise, sustenta a permanência da crise do governo. Os nomes partidários da crise são PMDB, PFL, PDS e seus filhotes menores: PTB, PDC, PL. Estes partidos no poder municipal representam a continuidade e o agravamento da crise nacional.

★ Saiba que o melhor voto é aquele que alguém pede para você. Quanto mais apoiadores envolvidos em uma campanha, mais universal será a votação do Partido. Vamos abrir a roda, alargar.

★ O voto dado a cada vereador vai sendo somado e compõe a votação total do Partido. Este é o voto proporcional que elegerá os mais votados individualmente. Quanto mais votos um candidato a vereador tiver, menos votos outro candidato precisará ter. Nada então de "bater cabeça", petista trombanda com petista. Quem estourar a boca da urna leva outros para dentro da Câmara.

★ A chapa majoritária — prefeito e vice — é que "puxa" votos. Os candidatos proporcionais — vereadores — não podem fazer campanha deslocada da "cabeça de chapa". Isto é politicamente condenável e praticamente equivocado. A verdadeira liderança é aquela que tem, no Partido, a maior confiança. No PT ninguém se elege sozinho, ninguém é dono de seu mandato, nem da sua campanha.

★ A campanha é politicamente unificada mas deve ter organização descentralizada. A disciplina partidária não se contrapõe à criatividade da ação dos candidatos. Os grupos de apoio criados durante a campanha evoluem para a ampliação da filiação e da nucleação após a campanha.

★ O candidato é a cara do partido junto à opinião pública. Compare o comportamento dos parlamentares do PT com o dos outros partidos. É pelo exemplo que se prova a distinção. Não prometa, não engane, não faça demagogia. Fale do que o PT fez e fez: esta é a melhor forma do povo descobrir o que o PT pensa.

★ Defenda-se das acusações: não é porque você é candidato que está em toda mobilização, atividade ou luta reivindicatória. É porque está sempre ao lado de quem luta que você é candidato. Este é o critério petista para compor a nossa chapa. Ou não é?

★ A administração do PT não tutela nem encabresta o movimento popular e comuni-

tário. Os bairros e associações de moradores têm de ter liberdade e independência para a luta reivindicatória. O povo unido e livre jamais será vencido.

★ Diadema e Fortaleza foram administrações petistas. Nada de enfiar a cabeça na areia. Ninguém é dono do PT por maior que seja o cargo que ocupe. Neste episódio, também mostramos que somos diferentes e coerentes. Quem manda é a base reunida em Encontros e convenções.

★ Eleição não se ganha nem antes nem depois da hora. Eleição se ganha no dia da eleição. Mantenha o ritmo da campanha, aumente os contatos com os apoiadores. Bote endereço no seu eleitorado (assim ficará mais fácil que ele cobre, depois de eleito, suas posições durante a campanha).

★ Não use nossa convicção política como acusação contra os outros. Não é por complexo de culpa que somos anticapitalistas, petistas, socialistas. O ódio ao outro substitui, às vezes, a argumentação e a clareza de objetivos. Consciência de classe faz avançar; recalque de classe confunde, faz atrasar.

★ No PT, o candidato está a serviço do Partido, não o inverso. Por isso, eleito, o vereador ou prefeito dedicam parte do seu salário ao Partido. Há outro partido que funciona assim na sua cidade?

★ Quem compra voto dos outros é porque vende o dele também.

Todos os constituintes do PT votaram 4 anos para Sarney e diretas para presidente em 1988.

★ Pra seu governo: os termos esquerda e direita, usados para designar os partidos políticos, vêm da Revolução Francesa de 1789. Lá, os deputados do povo ficavam à esquerda na Assembléia e os deputados da nobreza, à direita. De que lado está o povo de sua cidade nesta eleição?

★ Uma campanha coletiva é solidária. O candidato individualista é solitário. A contribuição para o Comitê Eleitoral Unificado é sagrada. É uma regra sem exceção.

★ No dia da eleição, quanto mais o eleitor andar, pior. Fiscalize junto ao Juiz eleitoral o transporte de eleitores. É também no caminho que o coronel mete a mão e costuma ganhar a eleição. Exija seções eleitorais onde exista concentração de eleitores, especialmente na área rural.

★ Você não está sozinho. Nestas eleições, estamos disputando a Prefeitura de quase dois mil municípios e concorrendo com mais de 22 mil candidatos a vereador. Temos chance de eleger perto de mil vereadores e quase meia centena de prefeito, inclusive em capitais e cidades de grande porte. Em campanha por todo o país, o PT é hoje um partido nacional, com 16 deputados federais, 37 deputados estaduais (distribuídos por 13 estados) e 179 vereadores.

★ Pelo Brasil que a gente quer. Comece a mudá-lo pelo seu município. Em 1989, Lula presidente.

Lula presidente

A luta pela sucessão presidencial em 1989 já está nas ruas. A campanha eleitoral deste ano tornou-se um terreno privilegiado para que os possíveis candidatos divulguem suas imagens e seus programas. Ulysses Guimarães, adotado pela grande imprensa e pela Rede Globo, prepara uma viagem pelo Brasil a pretexto de apoiar os candidatos do PMDB. Covas e Brizola aproveitam o horário eleitoral para lançarem-se nacionalmente. E até Figueiredo apresenta-se nos programas do desconhecido PSD.

Nessas condições, seria um erro imperdoável o PT

desprezar a atual campanha e deixar de divulgar a candidatura do Lula, ao mesmo tempo em que devemos montar as bases da nossa campanha presidencial.

Nossos candidatos a prefeito e vereador devem divulgar a candidatura Lula nos boletins, panfletos, jornais e outros materiais gráficos da campanha. E devem anunciar, por todos os meios, que a candidatura do PT é a única que expresse os setores desfavorecidos, combinando combatividade em defesa dos trabalhadores, coerência, integridade e competência. Aproveitando todos os

espaços de divulgação, é também importante que nossa militância trabalhe no sentido de: a) Transformar os atuais comitês de eleições municipais em comitês da campanha Lula; b) Levantar recursos através de rifas, festas, leilões de arte, jantares, contribuições espontâneas; c) Organizar equipes de propaganda criativas, para arregaçar as mangas já na virada do ano; d) Enviar sugestões de slogans, jingles e outras idéias para a campanha Lula presidente. Essas são algumas idéias. Outras surgirão no exercício criativo de nossa militância.